

# Engenhos peregrinos: ortopedia e segredo<sup>1</sup>

Quatro notas na expectativa literária dos gramáticos portugueses quinhentistas

Hugo M. Milhanas Machado  
Universidad de Salamanca  
Instituto Camões

*Resumo:*

Vem o seguinte texto ensaiar uma leitura nas disponibilidades ortopédica e peregrina do texto literário, compreendido como músculo verbal. Como horizonte e pretexto, e tendo em fundo o silêncio de John Cage, a expectativa literária dos gramáticos portugueses do século XVI.

*Abstract:*

With “Engenhos peregrinos” we intent an essay on the literature’s orthopaedic and wondering postures as a verbal ‘worker’. Taking this textual perspective, we propose a reading on the literary expectations of the 16th century Portuguese grammarians and, as soundtrack, the silence of John Cage.

*Les poètes son des hommes qui refusent d'utiliser le langage (...) Ils ne parlent pas ; ils ne se taisent pas non plus : c'est autre chose.*

JEAN-PAUL SARTRE, *Qu'est-ce que la littérature?*

*Põe a gramática em prática,  
Didáctica-o-Dramática mentes entanto técnicas  
Poéticas com estéticas, fonéticas, sempre atento ao surpreendente  
Com métricas à frente, pra mentes excêntricas exigentes  
Isto é pa todos, não e só pa MC's  
Isto é pa tugas que nunca escrevem na língua raiz.*

SAM THE KID, *Poetas de Karaoke*

## [0]

Já a aula terminava quando o professor, às avessas com o tempo, perguntou: quanto faltaria para a hora de saída. A resposta não é inocente e dinamita qualquer serenidade, impõe-lhe mesmo, ao tempo, um tremendo descomedimento. Quatro minutos e trinta e três segundos, alguém diz: restam-nos exactamente quatro minutos e trinta e três segundos.

## 1

Tão primeira como a própria possibilidade de saber poder dizer, de agenciar vontade em linguagem, parece sê-lo certa necessidade de se ver de fora esse mesmo espectáculo. Isto é, de specular na atestação das formas que a possam (à possibilidade) legislar, portanto – e a postura é pragmática – de validar a sua arquitectura, o equilíbrio da sua disponibilidade, o que vem a ser o mesmo que lhe confiar uma forma de ordem, uma ordem que seja. Digamos que lhe é próprio, ao convite de poder ser língua, o assédio de um regime minimamente atento e

---

<sup>1</sup> Publicado em “Estudios Portugueses 7 – Revista de Filología Portuguesa”. Universidad de Salamanca, 2008.

vigilante. O intuito é este: ponderar ou, no limite, aligeirar parte da tensão da língua ainda potência, dir-se-ia *muito língua*, corpo desordenado e ainda acanhado num regime primeiro de anarquia (ordem sem autoridade, como hoje se escreve nos murais das cidades), na senda de um porvir em primeira instância apaziguador: a segurança de uma gramática, a tolerância de um sistema de preceitos, de uma articulação de leis, de uma carta de marear: numa palavra, de um compromisso testemunhal. Que pode querer a língua da literatura? Que lhe invente e estimule – à sua potencialidade mineral – uma organização que pede na mesma medida tanto arranjos coreográficos como militares, no que nestes denota o amplificar de um exercício sob o signo da sedução e do forçoso: ora, que se desconfie. Ou a loucura, diria o poeta: a língua aventura-se em si mesma tocada por uma asa, a do desejo (a poesia, o ímpeto fulgurante, como escreve António Ramos Rosa), parte a nomeá-lo (a literatura): e isto é pensar língua e poesia como corpos estranhos. Da mesma forma, e conjecturada com proposições deste tom, ocorreria naturalmente aqui, e em excuro já um tanto limite, o código de Roland Barthes, quando na célebre lição, a homónima, sentencia a obrigatoriedade de *dizer* imposta pela língua: a língua é pura e simplesmente fascista. Exactamente por isso, por impor outra coisa que não o mesmíssimo acto de e por si mesma: dizer, dizer dentro do seu tamanho. Interessavam-lhe, a Barthes, as sujidades à margem do tamanho e da higiene dessa língua poderosa, dizer em aventura, em prazer, em subversão. Ainda tendo em horizonte este mesmo estado de língua por assim dizer autoritário, e em regime semelhante, dirá Alberto Pimenta em texto a que mais adiante regressamos que

A língua, tal como no-la ensinam os primeiros, os segundos, os terceiros e os outros educadores, sempre com algumas nuances que justificam esta sua tarefa, é uma pura instância de controle. Segundo M. Hartig e U. Kurz, é mesmo a instância suprema de controle: controla absolutamente tudo, *controlando-se a si mesma*. [Pimenta, 2003: 81]

E se se vigia a si mesma, a língua veste o seu próprio espartilho: comanda, educa à sua maneira e da sua maneira, o que, está bem de ver, não refuta uma segunda proposição: a língua é o perímetro da literatura, aconteça justamente nele ou simplesmente por seu meio. Qualquer texto – e passa pelo movimento o nominativo – ocorre como uma orquestração da língua ou, ainda que de forma menos notável, dentro da língua: o signo é a matéria que faz do texto signo. Porém, e retomando o juízo de Barthes e Pimenta de uma língua tirânica, interessa-nos por ora trabalhar não exactamente nas franjas desse regime de poder assim chamado mas também chamado língua, como quem o pretendesse desmontar, escavando nele

as ditas e sedutoras sujidades, o gozo (ou o luxo) do lixo, mas, em aproximação oposta, salvaguardar e avaliar o escrúpulo determinante desse mesmo controle originário, não só indiciador de uma possante segurança em si mesma – que a poesia, avessa a trivialidades, acabará por dinamitar (a poesia recusa fazer uso corrente da língua, já sabemos, e interessa-lhe essencialmente a avaria) – mas, sobretudo, como imagem da concretização de uma potencialidade linguística, que tanto tem de potente como de acidental: a língua que pode. A língua que pode governar. Que pode construir, que pode comunicar, e que poderá até peregrinamente desejar: dir-se-ia, em suma, de uma excentricidade exigente, como na aclamada e controversa canção de Sam the Kid convocando certa sentença de Saramago: a excentricidade que aporta no pôr em locomoção da gramática. Ou chamemos-lhe muito simplesmente ginástica. Sam the Kid, esse, diz «que sempre foi D. Dinis»<sup>2</sup>.

## 2

Passa exactamente por esse intuito de concretização, de estabilização, de regulamentação da rebeldia das matérias verbais, o projecto de legislação que nos ocupa nesta reflexão sumária, o dos gramáticos quinhentistas portugueses, aplicados na suma necessidade de apurar uma identidade linguística *concreta*, chamada Língua Portuguesa, que, como intuito primeiro, não tem outro que não a afirmação de uma autonomia contraposta à de Castela e o escavar nas margens dessa profunda coexistência como cifra de emancipação – e tenhamos em horizonte a circunstância política que se assevera, sobretudo, com a resolução, favorável a Castela, da crise dinástica decorrente do desastre de Alcácer Quibir e do breve reinado do cardeal D. Henrique. Da mesma forma, como veremos, o argumento quinhentista, votado à empresa de consolidação de um espaço linguístico feito *pátria* – ideia que a poesia da época (e a posterior) não evitará como marco de sedutora significação<sup>3</sup> – parece interpretar de forma especialmente interessante e tensa a Questão da Língua Portuguesa, negociando com menor ou maior amplitude e tolerância a filiação da língua numa linhagem românica comum, legatária da matéria latina, e que a situa, como língua hispânica – condição partilhada com o castelhano –, a par das línguas francesa e italiana.

<sup>2</sup> Como é «Madredeus e Dulce Pontes» quando outros «querem ser os Moonspell [e] querem novos horizontes» - outros, os que se esquivam a cantar a português.

<sup>3</sup> E basta pensarmos, a título de exemplo, num António Ferreira ou num Fernando Pessoa, num Padre António Vieira ou num Ruy Belo – Ruy Belo, que, da celebradíssima frase de Pessoa/Soares, diz: “‘A minha pátria é a língua portuguesa’ gostaria de ter dito eu, mas disse-o Fernando Pessoa.”

Da leitura dos meritórios estudos publicados por investigadores como Ana María García Martín ou Maria Leonor Carvalhão Buescu, indexados na nota bibliográfica final, anotemos como o procedimento dialéctico que sublinha este posicionamento da língua portuguesa se parece debater na moderação de uma tensão histórica e alimentada em dois vectores: por uma parte, uma consciência de comunhão, de identidade *com*, e, numa polaridade oposta, o assumir de um registo orientado na senda de uma condição – a da língua portuguesa – diferenciada, à margem *de*. Por aqui se moldam as duas posições argumentativas, também dicotómicas, que parecem oferecer resistência de conciliação aos gramáticos quinhentistas peninsulares e sobretudo portugueses: a ideia de uma identidade linguística comum irmanando as línguas castelhana e portuguesa sob o parentesco do conceito de língua hispânica, e assim arrumadas ao lado do francês e do italiano como parte da família com origem no Latim; e, da mesma forma, amparado num discurso apologista, o rastreio e demarcação da língua portuguesa como geografia independente, contraposta, significando-lhe arbítrio e veiculando argumento de uma noção de identidade una e autêntica dentro dessa mesma afinidade latina – e, a bem dizer, sondando o vigor argumentativo endossado nesse sentido pelos seus defensores, inspirador de um verdadeiro exílio da língua relativamente ao espaço peninsular, o que parece, aliás, bem sintomático de um país de olhos, e então cada vez mais, voltados a poente, ao mar. A lógica de contraposição ao castelhano sinaliza, pois, uma vontade de refrear a intuída instalação de uma língua forte e consensual como a de Castela, potencial, e já então, muito concretamente exportável, poderosamente dominante num horizonte político, e, nesse sentido, argumento capaz de assegurar uma presença linguística que não meramente associada ou congregada à mesma, habilitado no fomento da supra dita soberania do português como língua autónoma. Língua portuguesa que, nesse intuito de demarcação do seu espaço, e tendo em conta os argumentos sustentados pelos gramáticos lusos, viu na muito particular filiação na matriz latina uma manobra forte na estratégia de libertação face à potência do castelhano, enquanto argumento de afinidade diferenciadora. Escreve a esse respeito Maria Leonor Carvalhão Buescu:

Ora o binómio português/castelhano, aparentemente adversativo do binómio latim/português traz, afinal, a neutralização deste, na medida em que a posição em relação ao castelhano releva de uma *praxis*: apresenta a iminência de um risco que os humanistas pressentem – o do predomínio da língua competitiva, forma de expressão duma nação de algum modo rival – e em termos objectivos mais poderosa – no plano político interno e no plano duma política expansionista e rival.

Assim, a reaproximação com o latim representa o estreitamento dum vínculo que, sendo tutelar, é também libertador. [Buescu, 1984: 225]

Ou, num passo mais adiante, de forma bem reveladora e sublinhando um critério de pureza, apoiado num certo grau de parentesco:

Mas a consciência contrastiva do português e do espanhol desenvolve-se segundo duas hipóteses. Se a *diferença* (fundamentada na *semelhança* com o latim) garante a individualidade do português como uma das línguas de Espanha, esta individualidade, enobrecida pela dignidade da origem, encontra, uma vez mais, no seu paradigma latino-romano, um estímulo e um modelo: língua capaz de servir como instrumento de soberania, ideal que Lourenço de Médicis havia já concebido, ao sonhar com o *fiorentino imperio*. A consciência românica, transformada em consciência ibérica, sofre agora uma derradeira e talvez dolorosa metamorfose e assume-se como consciência imperial. Individualizada, nobre, viril, graciosa, expressiva e copiosa de tal modo que “ a quem nam faleçer matéria e engenho (...) nam lhe faleçeram vocábulos”, a língua serve agora um ideal expansionista – o ideal do homem português de Quinhentos. [idem: 229]

Eis que se reconhece na proximidade de uma ascendência latina, pois, uma categoria de diferenciação, um retomar de soberania, e isto na medida em que a mesma é tomada como referente argumentativo de valoração das línguas românicas, ponderadas segundo o seu grau de proximidade ou distância relativamente ao latim. Marca ilustrativa deste princípio, e como significativamente aponta Ana Maria García Martín, é certa sentença de Falencio, no *Diálogo* de Magalhães de Gândavo, onde oportunamente declara a língua latina como «a melhor e mais excelente», e que, maior a proximidade de uma língua em relação à mesma, mais rica e *singular* será. [Gândavo 1574, *apud* García Martín, 2003: 104] Ora, argumento que, como é de prever, autoriza os defensores da língua portuguesa a lançá-lo como trunfo na reafirmação e conservação das profundas raízes latinas do português, aspecto, o da fidelidade, em que parece superar o castelhano, e em que, por isso mesmo, se insistirá como cifra da singularidade da língua.

### 3

A efervescente defesa da condição autonomizada da língua portuguesa vê-se desta forma fundada numa verdadeira literatura apologética apostada como está no louvor e demarcação da língua e no esclarecimento e resolução de certa antipatia e preconceito associados à mesma, isto é, considerações e juízos tecidos em torno da língua portuguesa que, ponderando um critério de validade, se constituem como entraves ao reconhecimento da mesma, e que os gramáticos de quinhentos – bem como, pelo menos, «obras metalinguísticas de diverso tipo

até, pelo menos, inícios do século XVIII» [García Martín, 2005: 25] – se empenham em contrariar, de forma a refutar leituras forçosamente redutoras e, sobretudo, tendencial e irreversivelmente ameaçadoras quanto à promoção das potencialidades do português como língua estável e competitiva. Assim, e de forma abreviada, tenhamos em consideração que

Os qualificativos relativos às qualidades estruturais da língua que mais se repetem na literatura apologética são: rica vs. pobre, fácil vs. difícil ou escabrosa, regular vs. irregular ou anómala e larga vs. breve ou curta. A riqueza, facilidade, regularidade e largura são conceitos que pretendem representar a capacidade e sistematicidade de estruturas da língua portuguesa, sendo os contrários representativos da limitação de mecanismos e da sua falta de sistematicidade. Afectando diferentes planos da língua, os primeiros afirmam e os segundos negam ou questionam as capacidades expressivas do português. [idem: 28]

o que nos permite aclarar o cunho imprimido no debate da língua portuguesa, balanceado entre duas polarizações: *competitividade* vs. *frouxidão*, digamos. Ora, e sintetizando, os gramáticos de quinhentos, conforme este supra referido discurso de protecção e elogio do português, e, portanto, em vista do apuramento da sua qualificação linguística, tomam pois em mãos a tarefa de rebater e fazer valer sobre as considerações *negativistas* a desmistificação das mesmas, a desmontagem dos preconceitos vigentes – em geral reputadas, como vimos, aos próprios portugueses. [García Martín, 2003: 103]

Seja como for, muito embora o desejo de afirmar a existência independente da língua portuguesa, e, afinal, bem vindo, uma vez esse mesmo desejo, inabalável parece ser a decisiva importância do castelhano como língua de referência, em relação à qual – e em função da qual – se erige uma significativa parte da própria estratégia favorável à soberania linguística portuguesa: ora, o saber-se língua faz-se afinal contra a língua outra, à língua que se dê nome português cabe-lhe esse e nenhum outro nome:

[...] la referencia al castellano parece haber funcionado en esa tradición [gramatical do português] no apenas como alusión inevitable, por tratarse de el portugués y el castellano de lenguas vecinas y próximas tipológicamente, sino que con frecuencia ha servido de elemento de contraste y oposición explícito en la labor de prescripción normativa. [García Martín, 2007]

Anotemos, no intento de considerar este convívio entre português e castelhano, a generosa imagem do *jogo de espelhos*, proposta por Boaventura de Sousa Santos [Santos 1994, *apud* García Martín 2007]: imagem, a de uma reciprocidade equívoca, distorcida, que ensaia de

forma muito certa a existência afinal comum – e afim – entre os povos peninsulares: uma consciência mútua, que, ora se encontrando, ora se rejeitando, se sabe porém irmanada.

Não menos importante para a inteligência da Questão da Língua Portuguesa e do leque argumentativo em que se joga, e aquilo que aqui nos seduz pensar, é a autoridade atribuída à literatura – ou, de forma mais concreta, à promoção de uma língua literária portuguesa – com vista a um tratamento aprimorado e estabilizador da língua que se quer legislada, normativizada: uma ordem com autoridade. Consabida pois que é a tradição de escrita bilingue de ambiente palaciano que, sendo norma comum no período final da Idade Média, é ainda muito significativa no século XVI, e segundo esse intento de normalização, a apologia do português confia ao escritor o ofício de manejar, de olear a matéria verbal, desenvoltura que não deixa de ter em vista a instituição de uma certa consciência de cânone, centro seguro da língua, e motor de irradiação das periferias:

O autor literário é visto nada menos que como o guru que desvela o segredo da essência da língua “descobrimo com seus ingenhos peregrinos o segredo da grauidade & fermosura deste nosso Português” [Gândavo]. Por outro lado, a urgência de um tratamento literário para o português é reivindicada peremptoriamente pelos gramáticos da primeira metade do século XVI, Oliveira e Barros, que confiam ao labor autoral o desenvolvimento das capacidades expressivas e o maior enriquecimento léxico da língua. [García Martín, 2003: 126]

Reivindicação, a de Oliveira e Barros, que a confirmação de uma substancial biblioteca de clássicos vem atenuar já em finais do século, o que parece sublinhar um generoso progresso na política de estabilização da língua e do seu tratamento como ferramenta literária:

No entanto, em finais do século XVI, Gândavo já não se queixa, como fazia Barros meio século antes, da inexistência de autoridades literárias para o português, e de facto oferece uma plêiade bastante ampla: Sá de Miranda, João de Barros, Frei Heitor Pinto, Lourenço de Cárceres, Francisco de Moraes, Jorge Ferreira, António Pinto, Luís de Camões, Diogo Bernardes e António Ferreira. [ibidem]

Atentando no elenco em causa, poderemos não só anotar a robustez e polivalência de práticas literárias em língua portuguesa, habitando distintos géneros, mas também o legado sensivelmente ajustado que a posterioridade veio confirmando e consolidando como obras de literatura em língua portuguesa de referência. Digamos, em suma, que o *engenho peregrino* de que a mão autoral parece ser habilitada tem em si confiado, pois, um labor determinante, não só no que diz respeito à fixação e normativização da escritura em língua portuguesa, ao

suprir de eventuais lacunas lexicais e estruturais, mas, e pensando numa certa *consciência de estilo* como, por exemplo, a revelada em Duarte Nunes de Leão [cf. *ibidem*] – e que, afinal, vem a ser o mesmo –, no tocante ao aprimoramento dos seus recursos, da sua polivalência: um trabalho, portanto, de encantamento da língua, de sedução: uma sedução que estimula a língua, amadurecendo-a. Maturidade que não só traduz um princípio de cânone como igualmente tem, e fazendo uso de certa formulação de Abel Barros Baptista, uma prévia utilidade ortopédica.

#### 4

*E as nossas vozes são mais fora da boca*: o argumento não é exactamente de regime literário, mas de envolvimento linguístico – esgrimiou-o Fernão de Oliveira na sua *Gramática da Linguagem Portuguesa* de 1536, analisando e descrevendo os distintos regimes de determinadas produções sonoras entre várias línguas [Oliveira 2000, *apud* García Martín, 2005: 38] – se bem que, assimiladas as devidas e convenientes apropriações imagéticas, serve-nos de feição para regressar a um texto de Alberto Pimenta, *A Dimensão Poética das Línguas* (integrado no volume *O Silêncio dos Poetas*, reedição de 2003 das Edições Cotovia), que vem ao proveito não exactamente de pensar o tratamento dilacerante a que o dizer em poesia submete a língua – na medida em que se presta a esse apagamento, em que esta *o prevê* – mas, sobretudo – e que, uma vez mais, vem a ser o mesmo – como interpretação de uma tomada de consciência da língua; o que na formulação de Fernão de Oliveira, ainda que sem o contemplar, se intui como voz vista fora da boca: dizíamos atrás: ver de fora o espectáculo da língua. Não nos parece hoje outra, com efeito, e muito embora a significância do seu estabelecimento enquanto língua autónoma, a finalidade mais íntima traduzida no elogio e promoção do português quinhentista: fazer da língua portuguesa uma língua consciente de si própria, o que, se em primeira instância traz em si a iminência de uma soberania, de um poder legislativo que a permite regida – e, por isso, a excessividade da imagem da tirania, da marca de poder –, institui, de igual modo, a possibilidade de reinventar esse mesmo poder, de repensar as leis em vigência, enfim: de saber poder apagar a língua. E então a poesia, que afinal nem precisa da liberdade: ela é, dir-se-ia, e já se disse, a liberdade livre. Reiteramos: a voz fora da boca, uma voz que se vê a si mesma, que se descobre em e por si mesma. Ou, numa última formulação, a língua que se experimenta estrangeira para que se reconheça corpo e nome. Poderíamos nesse sentido dizer que a língua só necessita da poesia na medida em que esta, encantando-a, é a mentira da própria língua, ou que, no limite da luz, é frente à



suspensão a que a carburação poética a submete – apagamento do tempo e do espaço – que a língua se descobre como coisa em tensão, ou, como diria Siegrfrid J. Schmidt, língua apenas língua, ela mesma. Ou, e porque se refuta a sua instrumentalização, apenas um acesso a essa outra coisa de que diz Sartre. Uma outra coisa que decerto o *engenho peregrino* de Gândavo não configurava ainda num potencial horizonte: notável não deixa contudo de ser a atmosfera em que semelhante formulação envolve a língua portuguesa: o segredo qualificado. A língua como mistério, a poesia o engenho oculto que a tempera. Serve-lhe o peregrino como atitude virtuosa e louca da língua, e parece que vão de mãos dadas. Instituir-lhe uma consagração artística é tê-la como outra coisa: devolver-lhe a pobreza, como John Cage, em 4:33, quando cala a música mas não cala a música: como o aluno ao reinventar o tamanhos dos quatro minutos e meio que restavam para o final da aula. É outra coisa.

Segredo por descobrir, atira Gândavo, o da língua. Escrevemos em outra ocasião que seria «forçosamente uma palavra não gregária / aquela que diz os braços ao alto do ciclista que dobra / amarelo sol o mont ventoux»<sup>4</sup> e perguntamos agora com Décio Pignatari nas primeiras páginas da sua «comunicação poética»: «[O poeta] faz o quê? Faz linguagem.» E faz linguagem no silêncio, é coisa física, interessa-lhe a palavra nova, toca o mistério: e o mistério feito língua resignifica-a, povoa-a pela primeira vez como o poeta da eterna «triste e leda madrugada» de Camões quando diz que

Ela só viu as lágrimas em fio,  
que d'uns e d'outros olhos derivadas  
s'acrescentavam em grande e largo rio.

---

<sup>4</sup> Versos extraídos da secção final de *Poema em forma de nuvem*, intitulada «Último mar». Vide Bibliografia.

## Nota Bibliográfica:

BAPTISTA (2004), Abel Barros: *Ensaio facetos*. Lisboa, Cotovia.

BARTHES (1979), Roland: *Lição*. Lisboa, Edições 70.

BUESCU (1984), Maria Leonor Carvalhão: *Babel ou a Ruptura do Signo. A Gramática e os Gramáticos Portugueses do Século XVI*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

GARCÍA MARTÍN (2003), Ana María: “A apologia da língua portuguesa no período barroco: os *Breves Louvores da Língua Portuguesa* de Ferreira de Vera”, *Estudios Portugueses. Revista de Filologia Portuguesa*, 3, Salamanca, pp. 103-128.

GARCÍA MARTÍN (2005), Ana María: “Esterótipos linguísticos e apologia do português. Apontamentos sobre um subgénero da Historiografia Linguística”, *Estudios Portugueses. Revista de Filologia Portuguesa*, 5, Salamanca, pp. 25-43.

GARCÍA MARTÍN (2007), Ana María: “Sobre la referencia al castellano en la tradición gramatical del portugués” in *Aula Ibérica, Actas do Congresso Internacional RELIPES*. Ediciones Universidad de Salamanca.

MACHADO (2005), Hugo Milhanas: *Poema em forma de nuvem*. Torres Novas, Gama – edição de livros.

MACHADO (2007), Hugo Milhanas: “A língua o ensaio a possibilidade”, *Actas del Simposio conmemorativo del 40 aniversario de la Escuela Oficial de Idiomas de València*. Valencia.

MEDEIROS (1997), Luísa: “Em demanda da ortografia etimológica”, posfácio a Fernando Pessoa, *A Língua Portuguesa*, ed. de Luísa Medeiros. Lisboa, Assírio & Alvim.

PIGNATARI (1977), Décio: *Comunicação poética*, São Paulo, Cortez & Moraes.

PIMENTA (2003), Alberto: *O Silêncio dos Poetas*. Lisboa, Cotovia.